



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 269/XIII/ 4.^a SL

Aos 3 dias do mês de julho de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.^a parte

Audição da Autoridade da Concorrência:- para apresentação do Plano de Atividades para 2019, nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei-Quadro das Entidades Administrativas Independentes;

- sobre a cartelização nas obras públicas (requerimento do PSD)
- sobre a acusação a seis grandes grupos de distribuição alimentar de práticas equivalentes a cartel com três fornecedores de bebidas (requerimento do PCP)

2.^a parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 266/XIII/4.^a e 267/XIII/4.^a, relativas às reuniões de 26 e 27 de junho de 2019

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para realização de audições no âmbito do subsídio social de mobilidade

3. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 2133/XIII (BE) – “Recomenda a suspensão do concurso limitado por prévia qualificação para as obras de prolongamento do quebra-mar exterior e respetivas acessibilidades marítimas no Porto de Leixões” e 2228/XIII/4.^a (PAN) – “Recomenda ao Governo que suspenda o procedimento concursal relativo ao prolongamento do quebra-mar exterior e das acessibilidades marítimas do Porto de Leixões”

4. Apreciação e votação do Relatório Final da Petição n.º 425/XIII/3.^a – Solicitam a eliminação do pórtico de Neiva, pórtico 4 da A28

- Relator: Deputado Fernando Jesus (PS)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 269/XIII/ 4.^a SL

5. Votação indiciária do Projeto de Resolução n.º 1939/XIII/4.^a (PS) – Programa Nacional de Investimentos 2030

6. Votação do relatório final do Grupo de Trabalho – Programa Nacional de Investimentos 2030

7. Apreciação e votação do parecer sobre a audição do Dr. Miguel José Pinto Tavares Moura e Silva, personalidade indigitada para Vogal do Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência, nos termos do disposto no artigo 17.º da Lei-quadro das Entidades Reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto

– Relator: Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP)

8. Apreciação das informações sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs:

– 1966/XIII (BE) – “Reforçar e fiscalizar condições de circulação de bicicleta em vias de coexistência”

– 1947/XIII (BE) – “Extinção da concessão da atividade turística da Serra da Estrela por incumprimento”

– 1963/XIII (PCP) – “Investimento, infraestruturas, produção nacional - opções por um Portugal com futuro”

– 426/XIII (PCP) – “Recomenda ao Governo a valorização do aeroporto de Beja enquanto instrumento para o desenvolvimento da região”

– 2063/XIII (PCP) – “Potenciar a redução tarifária para uma aposta estratégica na promoção dos transportes públicos”, 1943/XIII (PCP) – “Pela articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes” e 2126/XIII/4.^a (PEV) – “Pro uma efetiva promoção dos transportes coletivos”

– 2006/XIII (CDS-PP) – “Recomenda ao Governo a reabilitação da EN225” e 1987/XIII (PCP) – “Recomenda ao Governo que proceda à requalificação urgente da EN 225”



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 269/XIII/ 4.ª SL

9. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Lei n.º 1093/XIII/4.ª (PAN) – “Altera a Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, incluindo no elenco de serviços públicos essenciais o serviço de transporte de passageiros”

10. Outros assuntos

1.ª parte

Audição da Autoridade da Concorrência:- para apresentação do Plano de Atividades para 2019, nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei-Quadro das Entidades Administrativas Independentes;

- sobre a cartelização nas obras públicas (requerimento do PSD)**
- sobre a acusação a seis grandes grupos de distribuição alimentar de práticas equivalentes a cartel com três fornecedores de bebidas (requerimento do PCP)**

Iniciada a audição, o Senhor Presidente deu as boas vindas à Presidente da Autoridade da Concorrência bem como aos Vogais do Conselho de Administração que a acompanhavam, tendo a Senhora Presidente da Autoridade da Concorrência usado da palavra de imediato para uma intervenção inicial, tendo feito uma [apresentação](#) em PowerPoint.

Usaram da palavra para colocar perguntas os Senhores Deputados Paulo Rios de Oliveira (PSD), Bruno Dias (PCP), Ricardo Bexiga (PS), Heitor de Sousa (BE) e Pedro Mota Soares (CDS-PP), tendo a Senhora Presidente da Autoridade da Concorrência respondido individualmente aos Senhores Deputados.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet, bem como os demais documentos relacionados com esta audição.

2.ª parte



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 269/XIII/ 4.^a SL

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 266/XIII/4.^a e 267/XIII/4.^a, relativas às reuniões de 26 e 27 de junho de 2019

Submetidas a votação, as atas n.ºs 266/XIII/4.^a e 267/XIII/4.^a, relativas às reuniões de 26 e 27 de junho de 2019, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para realização de audições no âmbito do subsídio social de mobilidade

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) solicitou o adiamento deste ponto da ordem do dia para a reunião que estava agendada para o dia seguinte, após o final do Plenário.

3. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 2133/XIII (BE) – “Recomenda a suspensão do concurso limitado por prévia qualificação para as obras de prolongamento do quebra-mar exterior e respetivas acessibilidades marítimas no Porto de Leixões” e 2228/XIII/4.^a (PAN) – “Recomenda ao Governo que suspenda o procedimento concursal relativo ao prolongamento do quebra-mar exterior e das acessibilidades marítimas do Porto de Leixões”

O Senhor Deputado André Silva (PAN) apresentou o Projeto de Resolução n.º 2228/XIII/4.^a (PAN), nos termos da exposição de motivos, tendo referido o parecer favorável da APA na avaliação do impacto ambiental e a oposição de várias associações e movimentos de cidadãos, por falta de avaliação do impacto das dragagens. Referiu também a moção aprovada pela Câmara Municipal a este respeito, que solicitava a reavaliação deste projeto. Concluiu, dando conta dos termos resolutivos.

De seguida, a Senhora Deputada Maria Manuel Rola (BE) apresentou o Projeto de Resolução n.º 2228/XIII/4.^a (BE), dando conta do investimento desta obra e da sua abrangência, realçando a importância económica deste tipo de projetos mas



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 269/XIII/ 4.^a SL

contrapondo-lhes o respetivo impacto social e ambiental. Deu conta da contestação social a esta obra em concreto e dos considerandos do estudo de impacto ambiental, nomeadamente o problema da falta de informação para uma correta avaliação, e do facto de existirem impactos que não tinham sido considerados, em particular na orla costeira a sul. Concluiu, dando conta dos termos resolutivos.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Fernando Virgílio Macedo (PSD), Bruno Dias (PCP) e Fernando Jesus (PS).

O Senhor Fernando Virgílio Macedo (PSD) referiu que não existiam estudos apropriados que avaliassem as consequências ao nível da atividade económica, da qualidade das águas e do impacto nas praias. Afirmou que fazia sentido que houvesse um cuidado acrescido quanto à construção deste molhe e que, tendo tomado conhecimento do projeto em concreto, não tinha ficado convencido com a solução apresentada. Saudou a apresentação de ambos os projetos de resolução e considerou que todos não eram muitos para ter uma solução que não colocasse em causa a rentabilidade económica do Porto de Leixões que fosse compatível com a atividade económica já existente na região.

Por sua vez, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) afirmou que o PCP encarava o Porto de Leixões como uma alavanca económica do país e os investimentos na sua modernização eram bem-vindos e necessários. Considerou que neste tipo de intervenções deve ser travado um diálogo com a comunidade e que, para além das suas consequências, se deve ter também em consideração o desenvolvimento que elas implicam e a necessidade do Porto de continuar a crescer. Referiu o impacto que terá o aumento da capacidade do Porto, nomeadamente ao nível da mobilidade local e regional. Expressou preocupações relativas ao porto de pesca e à atividade de comércio de peixe e alertou para a possibilidade de proliferação de armazenamento a céu aberto de estilha e sucata. Concluiu, afirmando que não estava claro que esta obra não colocava em causa a qualidade da água das praias e considerando essencial que estas obras fossem precedidas de um estudo de impacto ambiental.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 269/XIII/ 4.^a SL

Pelo Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) foi afirmado que o PS tinha dificuldade em acompanhar as questões levantadas pelos projetos de resolução em apreço, tendo realçado a importância destas obras para o aumento da capacidade do Porto de Leixões e o seu impacto económico. Concluiu, declarando que o seu grupo parlamentar não estava em condições de votar favoravelmente estas iniciativas.

Para encerrar o debate, usaram de novo da palavra os Senhores Deputados Maria Manuel Rola (BE) e André Silva (PAN).

A Senhora Deputada Maria Manuel Rola (BE) reiterou que se tratava de uma questão complexa, que tinha levado várias forças políticas em Matosinhos a dar o seu parecer político, mas o Projeto de Resolução apresentado pelo seu Grupo Parlamentar levantava questões a montante dessas. Reafirmou que o estudo de impacto ambiental não tinha levado em conta os alertas da comissão de avaliação de impacto para a necessidade de ter em conta todos os impactos cumulativos.

Finalmente, o Senhor Deputado André Silva (PAN) afirmou que não conseguia compreender a posição do PS, fez referência à legislação que obriga à existência de avaliação de impacto ambiental e produção de um estudo em função dessa avaliação. Reafirmou que, no caso vertente, o estudo dizia que não conseguia avaliar o impacto das dragagens, por isso, em seu entender não fazia sentido o parecer ser favorável com condicionalismos, uma vez que não se conheciam medidas para minimizar impactos que se desconheciam.

4. Apreciação e votação do Relatório Final da Petição n.º 425/XIII/3.^a – Solicitam a eliminação do pórtico de Neiva, pórtico 4 da A28 – Relator: Deputado Fernando Jesus (PS)

De seguida, o Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) apresentou de forma circunstanciada o relatório final da Petição n.º 425/XIII/3.^a.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 269/XIII/ 4.^a SL

5. Votação indiciária do Projeto de Resolução n.º 1939/XIII/4.^a (PS) – Programa Nacional de Investimentos 2030

Este ponto da ordem dia foi discutido em conjunto com o ponto seguinte.

6. Votação do relatório final do Grupo de Trabalho – Programa Nacional de Investimentos 2030

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) apresentou sucintamente o texto de substituição do PJR n.º 1939/XIII/4.^a, tendo realçado a tentativa de encontrar um consenso alargado na Assembleia da República sobre a matéria.

Por sua vez o Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) considerou que o tema era muito importante e que neste processo se tinha tentado ir ao encontro do que unia os diversos grupos parlamentares. Concluiu, realçando o trabalho produzido em sede de grupo de trabalho.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) deu conta dos trabalhos realizados no âmbito do Grupo de Trabalho – Programa Nacional de Investimentos 2030 e explicitou o teor do relatório. Destacou a ampla participação das diversas instituições envolvidas, nomeadamente ligadas ao poder local, e as contribuições dadas pelos grupos parlamentares realçou o elenco de obras propostas para avaliação do próximo Governo na próxima Legislatura e concluiu destacando o papel do Conselho Superior de Obras Públicas neste processo.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) lembrou, a este propósito, o que era o PIDDAC, quando se discutia a proposta de lei de Orçamento do Estado e referiu que, quando o seu grupo parlamentar tinha criticado este projeto de resolução em Plenário, era por causa da sua própria conceção, a limitação e insuficiência do investimento público previsto para o programa apresentado pelo Governo bem como a forma como o mesmo tinha sido apresentado. Concluiu afirmando que o seu grupo parlamentar defendia que o país precisava mais do que aquilo que esta em discussão e não se



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 269/XIII/ 4.ª SL

identificava com a proposta final, apesar de reconhecer a preocupação do PS em manifestar abertura para que todos pudessem dar o seu contributo.

De seguida, o Senhor Presidente submeteu a votação indiciária o texto de substituição do PJR n.º 1939/XIII/4.ª (PS), o qual foi indiciariamente aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do PCP e a abstenção do BE.

Submetido a votação o relatório final do Grupo de Trabalho – PNI 2030, foi o mesmo aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

7. Apreciação e votação do parecer sobre a audição do Dr. Miguel José Pinto Tavares Moura e Silva, personalidade indigitada para Vogal do Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência, nos termos do disposto no artigo 17.º da Lei-quadro das Entidades Reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto

– Relator: Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP)

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) apresentou, de forma sucinta, o parecer sobre a audição da personalidade indigitada para vogal do Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência, tendo destacado a importância deste processo.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

8. Apreciação das informações sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs:

– 1966/XIII (BE) – “Reforçar e fiscalizar condições de circulação de bicicleta em vias de coexistência”

– 1947/XIII (BE) – “Extinção da concessão da atividade turística da Serra da Estrela por incumprimento”



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 269/XIII/ 4.^a SL

- 1963/XIII (PCP) – “Investimento, infraestruturas, produção nacional - opções por um Portugal com futuro”
- 426/XIII (PCP) – “Recomenda ao Governo a valorização do aeroporto de Beja enquanto instrumento para o desenvolvimento da região”
- 2063/XIII (PCP) – “Potenciar a redução tarifária para uma aposta estratégica na promoção dos transportes públicos”, 1943/XIII (PCP) – “Pela articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes” e 2126/XIII/4.^a (PEV) – “Pro uma efetiva promoção dos transportes coletivos”
- 2006/XIII (CDS-PP) – “Recomenda ao Governo a reabilitação da EN225” e 1987/XIII (PCP) – “Recomenda ao Governo que proceda à requalificação urgente da EN 225”

Não tendo havido sugestões de alteração das informações, o Senhor Presidente informou que as mesmas seriam enviadas para Plenário, para permitir a votação dos projetos de resolução respetivos no período seguinte de votações regimentais.

- 9. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Lei n.º 1093/XIII/4.^a (PAN)**
– “Altera a Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, incluindo no elenco de serviços públicos essenciais o serviço de transporte de passageiros”

A redação final foi fixada, sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente.

10. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou os Senhores Deputados da indisponibilidade do Presidente da Comissão Executiva da TAP para a nova data que lhe tinha sido proposta para audição na Comissão, e propôs solicitar autorização ao Presidente da Assembleia da República para realização desta audição após a realização do debate do Estado da Nação, o que foi aceite pelos Deputados presentes, tendo o



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 269/XIII/ 4.^a SL

Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) realçou a atitude do CEO da TAP, que poderia ser interpretada como dilatória, e sugerido que, no ofício a dirigir ao Presidente da Assembleia da República, se sublinhasse a relevância política da realização desta audição.

A reunião foi encerrada às 14:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de julho de 2019.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 269/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
André Silva
António Topa
Bruno Dias
Carlos Pereira
Carlos Silva
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Ernesto Ferraz
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Helga Correia
Hortense Martins
Hugo Costa
Joel Sá
Luís Moreira Testa
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
Fernando Manuel Barbosa
Maria Manuel Rola
Paulo Neves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Pires

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia